



DECRETO Nº 378, EM 22 DE JULHO DE 2024

EMENTA: Estabelece diretrizes para a recuperação de créditos públicos.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79, inciso XVI, pelo Código Tributário Nacional e pela Lei nº 710/2013 (Código Tributário Municipal):

Considerando o Tema de Repercussão Geral nº 1.184, oriundo do Recurso Extraordinário nº 1.355.208, julgado em 19/12/2023, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Cármen Lúcia.

Considerando a Resolução nº 547, em 22 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Considerando a Resolução nº 119/2020, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

DECRETA

Art. 1º. Sem perda de acesso ao parcelamento (garantido pelo Código Tributário Municipal), o contribuinte em débito com a fazenda pública terá direito à transação, que poderá ser realizada por mesa permanente de negociação, com atendimento direto no setor tributário ou na procuradoria, bem como através dos canais de negociação (e-mail; whatsapp; etc.) oferecidos pelo sítio do município, na internet.

Art. 2º. Na transação, será oferecido ao contribuinte inadimplente, com base em lei, incentivo ao pagamento, com descontos em juros e multa, para pagamento à vista ou, proporcionalmente, para adimplemento parcelado.

Art. 3º. Antes do ajuizamento da execução fiscal, o contribuinte deverá ser notificado ou inscrito (em banco de dados de proteção ao crédito) ou ter seu título (Certidão de Dívida Ativa) protestado em cartório.

Art. 4º. O disposto no artigo anterior pode ser satisfeito se, no momento da propositura da execução fiscal, indicar-se bens ou direitos penhoráveis de titularidade do executado.



PREFEITURA MUNICIPAL DO
PAUDALHO
Construindo um novo amanhã!

Art. 5º. Os cartórios de notas e de registro de imóveis deverão comunicar ao setor tributário deste município, em periodicidade não superior a 60 (sessenta dias), todas as mudanças de titularidade de imóveis realizadas no período, a fim de permitir a atualização cadastral dos contribuintes da Fazenda Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paudalho 22 de julho de 2024.

MARCELLO

FUCHS CAMPOS

GOUVEIA:05390

138465

Assinado de forma

digital por MARCELLO

FUCHS CAMPOS

GOUVEIA:05390138465

Dados: 2024.07.22

12:16:08 -03'00'

MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA
Prefeito do Paudalho

PREFEITURA MUNICIPAL DO
PAUDALHO
Construindo um novo amanhã!

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PAUDALHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 378, EM 22 DE JULHO DE 2024

DECRETO Nº 378, EM 22 DE JULHO DE 2024

EMENTA: Estabelece diretrizes para a recuperação de créditos públicos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79, inciso XVI, pelo Código Tributário Nacional e pela Lei nº 710/2013 (Código Tributário Municipal):

Considerando o Tema de Repercussão Geral nº 1.184, oriundo do Recurso Extraordinário nº 1.355.208, julgado em 19/12/2023, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Cármen Lúcia.

Considerando a Resolução nº 547, em 22 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Considerando a Resolução nº 119/2020, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

DECRETA

Art. 1º. Sem perda de acesso ao parcelamento (garantido pelo Código Tributário Municipal), o contribuinte em débito com a fazenda pública terá direito à transação, que poderá ser realizada por mesa permanente de negociação, com atendimento direto no setor tributário ou na procuradoria, bem como através dos canais de negociação (e-mail; whatsapp; etc.) oferecidos pelo sítio do município, na internet.

Art. 2º. Na transação, será oferecido ao contribuinte inadimplente, com base em lei, incentivo ao pagamento, com descontos em juros e multa, para pagamento à vista ou, proporcionalmente, para adimplemento parcelado.

Art. 3º. Antes do ajuizamento da execução fiscal, o contribuinte deverá ser notificado ou inscrito (em banco de dados de proteção ao crédito) ou ter seu título (Certidão de Dívida Ativa) protestado em cartório.

Art. 4º. O disposto no artigo anterior pode ser satisfeito se, no momento da propositura da execução fiscal, indicar-se bens ou direitos penhoráveis de titularidade do executado.

Art. 5º. Os cartórios de notas e de registro de imóveis deverão comunicar ao setor tributário deste município, em periodicidade não superior a 60 (sessenta dias), todas as mudanças de titularidade de imóveis realizadas no período, a fim de permitir a atualização cadastral dos contribuintes da Fazenda Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paudalho 22 de julho de 2024.

MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA
Prefeito do Paudalho

Publicado por:
Maryelle de Fátima Oliveira
Código Identificador:DD872C43

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 23/07/2024. Edição 3639
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>